

*Exilados e acadêmicos: a
luta pela anistia nos
Estados Unidos*



EXILADOS E ACADÊMICOS: A LUTA PELA ANISTIA NOS ESTADOS UNIDOS

RESUMO

Em 1964, houve um silêncio quase total nos Estados Unidos contra o apoio incondicional do governo do presidente Johnson (1963-68) ao golpe de estado do 1º de abril. Cinco anos depois, quando acadêmicos norte-americanos, clérigos e ex-missionários receberam notícias sobre a tortura de presos políticos, iniciaram, junto com alguns brasileiros exilados nos Estados Unidos, uma campanha ampla e descentralizada que denunciava a violação de direitos humanos no Brasil. As atividades destas pessoas ajudaram a isolar o regime militar no exterior. Os brasileiros radicados nos Estados Unidos também participaram ativamente na campanha para a anistia por meio da publicação do livro *Memórias do Exílio*, que documentava a realidade dos exilados. No final dos anos 1970, os exilados morando nos Estados Unidos organizaram outras atividades com a perspectiva de volta para o Brasil e de participação ativa no processo de democratização do país.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura militar. Exilados nos Estados Unidos. Tortura. Direitos Humanos

James N. Green¹

EXILADOS E ACADÊMICOS: A LUTA PELA ANISTIA NOS ESTADOS UNIDOS

Quase ninguém nos Estados Unidos levantou objeções contra o golpe de estado do 1º de abril de 1964.² A imprensa norte-americana apoiou quase unanimemente o rapidíssimo reconhecimento dado por presidente Johnson ao novo governo militar e à agenda anticomunista dos líderes do novo regime. Os relatos de imprensa deixaram de lado, em grande parte, as maciças detenções de adversários do regime, considerando a mudança no poder como um “golpe incruento” que evitara uma guerra civil.³ As notícias vindas do Brasil deram ao público desinformado a impressão de que o novo governo defendera a democracia contra um ataque comunista. Essa noção nada mais fez do que reforçar o arraigado sentimento público de 80% dos cidadãos norte-americanos que temiam a ameaça comunista em 1964, recorde histórico nas pesquisas de opinião sobre temas de política externa.⁴

Até mesmo senadores que costumavam expressar em voz alta suas posições, como Wayne Morse, do Oregon, que já questionara a política de Johnson na guerra no Vietnã, elogiou a mudança de regime, descartou acusações de intervenção de parte dos Estados Unidos e negou que os militares tivessem instaurado

¹ James N. Green é professor titular na Universidade Brown e autor dos livros *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* e *Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos, 1964-85*. james_green@brown.edu

² Este artigo é baseado no livro de minha autoria *Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³ WEIS, W.M. Government News Management, Bias and Distortion in American Press Coverage of the Brazilian Coup of 1964. *Social Science* 34 (1997), p. 35-55.

⁴ SCHOULTZ, L. *Human Rights and United States Policy Toward Latin America*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981, p. 25.

uma ditadura.⁵ Em tom e estilo típicos da maior parte dos debates no Congresso, o senador Wayne Morse, do estado de Oregon, subiu à tribuna no Senado norte-americano, em 3 de abril de 1964, para “congratular-se com o presidente dos Estados Unidos” por declarações atribuídas a este último e publicadas em um despacho da *Associated Press* sobre acontecimentos recentes no Brasil.⁶ Após solicitar consentimento unânime da Casa para que o artigo intitulado *L.B.J. Sends Warm Note to Mazzilli* (L.B.J. Manda Mensagem Calorosa a Mazzilli) fosse incluído nos anais (*Congressional Record*) do Legislativo, o nobre senador continuou a elogiar o presidente: “Nesse particular, o presidente Johnson novamente agiu com o mesmo extremo cuidado, tranquilidade e ponderação que caracterizaram seus demais atos; e merece nossos agradecimentos pela mensagem enviada ao novo presidente do Brasil”. Naturalmente, Morse se referia ao rápido reconhecimento do novo regime brasileiro por parte de Johnson, no dia anterior.

O senador destacou em seguida que o governo norte-americano estivera envolvido na tomada do poder pelos militares. “Quero deixar bem claro que posso afirmar, com base no conhecimento de que disponho — e creio que os membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado têm sido integralmente informados, com todos os detalhes, dos acontecimentos no Brasil — que os Estados Unidos de forma alguma intervieram nem foram responsáveis em qualquer medida pelos fatos ocorridos no Brasil. Estou convencido de que os acontecimentos foram completamente brasileiros, e que resultaram de uma longa preparação”.

Confiando em que fora adequadamente informado pelo governo, Morse passou a repetir o relato fornecido pelo embaixador Lincoln Gordon e funcionários da CIA e do Departamento de Estado, acrescentando sua própria interpretação ao que tinha acabado de ocorrer na semana anterior. “Os acontecimentos no Brasil não resultaram de atos de uma junta militar ou de um golpe de uma junta militar. Ao contrário, a derrubada do presidente do Brasil foi consequência de

⁵ CONGRESSIONAL RECORD – Senado 3 abr. 1964: 6851-6852; (10 ago. 1964): 18834-18835.

⁶ CONGRESSIONAL RECORD – Senado, 3 abr. 1964: 6851-6852.

acontecimentos nos quais a força diretriz foi o Congresso brasileiro, agindo segundo a Constituição do país, sustentado por um grupo militar que apoiou o respeito ao sistema constitucional brasileiro”.

Morse argumentou que Goulart poderia ter permanecido no Brasil e ser julgado pelas acusações que lhe fossem imputadas, mas reiterou: “não se poderia esperar que o Congresso do Brasil, os governadores e o povo brasileiros ficassem inertes vendo seu governo e suas forças sendo gradualmente, passo a passo, entregues a um aparelho comunista”. O senador pelo Oregon emitiu então a opinião de que o presidente Johnson havia “muito pertinentemente esperado até que o sistema jurídico e constitucional do Brasil seguisse seu curso”, enviando em seguida uma “mensagem calorosa” ao novo presidente brasileiro. A “bela declaração”, a prudência e a liderança de Johnson, afirmou Morse, mereciam suas congratulações.

Em seguida, o senador passou a ler um longo discurso expressando sua opinião a respeito da “guerra de McNamara no Vietnã do Sul”. Anteriormente, naquele ano, ele e Ernest Gruening, do Alaska, tinham sido os dois únicos senadores a votar contra a resolução de Johnson sobre o golfo de Tonkin, dando poderes ao presidente para escalar a guerra no Vietnã. Ironicamente, embora disposto a questionar sozinho a política exterior do governo no sudeste asiático, Morse apoiou a Casa Branca no que se referia ao Brasil.

Em comentários feitos mais tarde a seus colegas senadores, no mesmo ano, ele reiterou suas conclusões: “Esta noite nenhum senador poderá citar o Brasil como exemplo de ditadura militar, porque esse não é o caso. O povo brasileiro continua a autogovernar-se. Se alguém acreditar que isso não é verdade, que veja o que está ocorrendo no Brasil quanto à troca de pontos de vista no Parlamento, na imprensa e em muitas fontes e forças da opinião pública”.⁷ Membros da Câmara de Representantes repetiram a opinião de seus colegas do Senado⁸.

No ano seguinte, o senador Morse mudou de opinião sobre o regime militar quando Castelo Branco decretou o Ato

⁷ CONGRESSIONAL RECORD – Senado, 10 ago. 1964: 18835.

⁸ CONGRESSIONAL RECORD – Câmara, 14 abr. 1964: 7916.

Institucional nº 2. O AI-2 aboliu os partidos políticos existentes, substituindo-os por duas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), favorável ao governo, e o partido de oposição Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Novas medidas autoritárias também tornaram indiretas as futuras eleições de presidente, vice-presidente e todos os governadores.

Mais uma vez, o senador Morse se levantou no Senado, mas desta vez para criticar o apoio do governo norte-americano à ditadura militar:

A notícia de que a junta militar brasileira assumira poder ditatorial significa um desastroso retrocesso para a liberdade na América Latina. Ainda pior do que isso é a continuidade do apoio financeiro dos Estados Unidos a esse regime.

Ao fazê-lo, estamos rapidamente transformando a Aliança para o Progresso em uma aliança para um progressivo militarismo no hemisfério ocidental. A semântica que ouvimos de Washington e da camarilha brasileira, que procura dissipar o temor pela sorte das instituições democráticas naquela grande nação, somente engana aqueles que desejam ser enganados.⁹

Morse pode ter-se decepcionado com o governo brasileiro ao receber em seu gabinete em Washington a notícia do Ato Institucional nº 2, mas para a maioria dos observadores menos atinados, inclusive muitos jornalistas estrangeiros, o novo regime às vezes parecia ser apenas moderadamente autoritário. Essa ilusão ajudou a conseguir endosso internacional e a manter o poder dos militares sobre o país durante os primeiros três anos. No final de 1967 e início de 1968, no entanto, uma nova geração de jovens brasileiros contestou o *status quo* político e exigiu o fim do governo militar. As mobilizações estudantis de 1968 e a ampla oposição à ditadura militar que terminou no AI-5 marcou o começo dos anos mais duros do regime autoritário. A repressão e a tortura tornaram-se as características principais dos governos de Costa e Silva e Médici.

Se a situação no Brasil virou para a direita a partir de 1969, o processo político nos Estados Unidos criava novas condições para construir um movimento que contestava o apoio

⁹ CONGRESSIONAL RECORD – Senado, 29 out. 1965.

incondicional aos militares brasileiros. Entre 1969 e 1974, um pequeno grupo de dedicados ativistas da igreja católica e das igrejas evangélicas tradicionais, brasileiros exilados nos Estados Unidos, acadêmicos norte-americanos que pesquisavam assuntos relacionados à América Latina e esquerdistas introduziram a questão dos direitos humanos no discurso público e criticaram duramente a política internacional do governo norte-americano. Esta rede de ativistas moldou uma campanha sistemática para educar jornalistas, oficiais do governo e o público sobre os abusos que ocorriam sob o domínio dos militares. As atividades desse grupo ajudaram a isolar o regime militar e lançaram as bases para um movimento mais amplo de solidariedade no Estados Unidos com as lutas populares latino-americanas no final das décadas de 1970 e 1980. (Na Europa, uma campanha paralela contra a tortura e violações de direitos humanos no Brasil e, posteriormente, noutros países da América Latina, se desenvolveu no mesmo período, embora aquele movimento esteja para além do objetivo deste artigo).

A construção de uma rede nacional de ativistas nos Estados Unidos que tinham conexões internacionais, a documentação da tortura e opressão sistemáticas, o posicionamento público de figuras eminentes contra os abusos dos direitos humanos e o paciente estabelecimento de contatos com aliados no Congresso e com a imprensa, tudo isso contribuiu para forjar uma imagem do Brasil sob regime militar como país de tortura e terror. Também acentuou a percepção de que o governo dos Estados Unidos não devia apoiar o regime. Relatos gráficos do tratamento de prisioneiros políticos criaram símbolos poderosos para um debate acerca da repressão política na América Latina sob regimes militares autoritários apoiados pelo governo dos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, esses esforços iniciaram uma mudança gradual na opinião pública e oficial que forneceu as bases para campanhas mais amplas contra a repressão, tortura e desaparecimentos na América Latina após o golpe no Chile. Enfrentando uma Casa Branca hostil que abertamente deu suporte aos regimes militares na América Latina durante os anos Nixon-Ford (1969-76), uma ampla base de ativistas tinha como alvo o congresso norte-americano para promulgar medidas limitando o suporte do governo norte-americano aos regimes repressivos no exterior. Vitórias legislativas no que diz respeito à América

Latina incluíram a linguagem nas Leis de Auxílio Externo de 1973 e 1974: “O Congresso compreende que o presidente deveria negar qualquer ajuda militar ou econômica ao governo de qualquer país estrangeiro que pratica o confinamento ou aprisionamento dos cidadãos desses países por motivos políticos”.¹⁰ Em 1975, a Emenda Harkin ao Ato de Assistência Estrangeira deu ao congresso o poder para limitar a ajuda econômica dos Estados Unidos para “qualquer país que se engaje num padrão consistente de rudes violações aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos”.¹¹ No ano seguinte, esta restrição foi expandida para incluir a ajuda militar. Após Jimmy Carter ter adotado e popularizado a questão dos direitos humanos como o critério que orientaria a política externa norte-americana durante a campanha eleitoral de 1976, aquilo que tinha sido uma vez uma crítica política um tanto isolada da política externa norte-americana por esquerdistas e certos liberais, de repente tornou-se parte das discussões nacionais sobre a direção das políticas governamentais no exterior.

No auge da repressão no Brasil, poucos brasileiros participaram das campanhas contra a ditadura militar nos Estados Unidos. O governo de Nixon (1969-74) não cedeu asilo político aos brasileiros fugindo da repressão no Brasil ou escapando de uma possível morte em Chile depois do golpe contra Dr. Salvador Allende no 11 de setembro de 1973. Contudo, alguns brasileiros que não poderiam ficar no Brasil por causa da repressão lograram entrar no país com o apoio de esquerdistas das igrejas progressistas ou por redes familiares. Assim foi o caso de Jovelino Ramos, Marcos Arruda e Anivaldo Padilha, todos opositores do regime militar que não poderiam permanecer no Brasil. Nos Estados Unidos, eles formaram pequenos grupos de oposição à ditadura. Marcos Arruda, por exemplo, fundou o *Committee Against Repression in Brazil* (CARIB) em Washington em 1971, para organizar um protesto contra a visita do presidente general Médici à Casa Branca, em dezembro daquele ano. Anivaldo Padilha ajudou a publicação da *Brazilian Information Bulletin*, em Berkeley,

¹⁰ Apud SCHOULTZ, op. cit., p. 195.

¹¹ BERTOLI, A. et al. Human Rights... 'In the Soul of Our Foreign Policy.' *NACLA Report on the Americas* 3, (March-April): 4-11, p. 6.

que sistematicamente divulgou notícias sobre a tortura e as medidas arbitrárias do regime.

Em meados dos anos 1970, este pequeno grupo de exilados políticos não oficiais nos Estados Unidos, somado ao número crescente de estudantes de pós-graduação que recebiam bolsas de estudo do governo brasileiro, gerou um contingente mais amplo de ativistas brasileiros no país. Os estudantes que recebiam apoio governamental permaneciam em geral bastante discretos, e a maioria evitava mostrar-se em público, porém muitos ainda participavam sem alarde em campanhas antitadadura.¹² Outros encontraram recursos alternativos para estudar no exterior.

Clóvis Brigagão foi um desses. As autoridades haviam-no detido em 1971 sob alegação de atividades subversivas. Em setembro daquele ano, ele saiu do país e foi para o México, onde estudou no Colégio do México com uma bolsa da Fundação Ford. Em seguida, candidatou-se ao programa de doutorado em ciência política na Universidade de Chicago, para estudar com Philippe Schmitter, um cientista político que organizou uma campanha nos Estados Unidos em 1969 contra a aposentadoria compulsória de professores universitários brasileiros. Depois de terminar os seus estudos em México, a Fundação Ford concedeu-lhe apoio financeiro para que estudasse nos Estados Unidos. Em Chicago, ele conheceu pessoas que trabalhavam com uma organização anti-imperialista conhecida como *Chicago Area Group for the Liberation of the Americas* (Grupo da Área de Chicago para a Libertação das Américas - CAGLAS) e formou a "Liberation Brazil" (Libertação Brasil - LIBRA) para denunciar a repressão em vigor no Brasil.

Assim como outros grupos pequenos espalhados pelo país que trabalhavam com o Brasil no início da década de 1970, a LIBRA organizou eventos em universidades e em estabelecimentos de ensino superior do Meio-oeste. Clóvis recorda haver convidado Paulo Freire, educador exilado que havia acabado de publicar *Pedagogia dos Oprimidos*, para falar de sua obra e da situação no Brasil. Ajudou também a organizar um evento importante na Universidade de Chicago com o arcebispo Hélder Câmara diante de um auditório lotado.¹³ Com o apoio do Comitê de Voluntários

¹² Evelina Dagnino: entrevista com o autor, 2 jun. 1999.

¹³ Clóvis Brigagão: entrevista com o autor, 17 jun. 2003.

Retornados, organização de ex-voluntários radicais do Corpo de Paz, a CAGLAS produziu também um livreto de informação intitulado *Brazil: Who Pulls the Strings? Or: Alliance for Repression* ("Brasil: Quem Manda Realmente? Ou: Aliança para a Repressão").¹⁴ Com oitenta e quatro páginas, essa coleção de reproduções de artigos que criticavam a situação política, social e econômica no Brasil servia de útil instrumento educativo para indivíduos e grupos em todo o país que procuravam informar o público a respeito do Brasil e ao mesmo tempo fazer uma crítica coerente do apoio norte-americano ao regime militar.

Esta rede de brasileiros também organizou cuidadosamente uma série de reuniões discretas de âmbito nacional para coordenar o trabalho sobre o Brasil entre 1973 e 1977. Clóvis recorda uma reunião de cerca de trinta brasileiros para planejar atividades concatenadas, realizada na Universidade Princeton. Marcos Arruda, Anivaldo Padilha, Jovelino Ramos, Rubem César Fernandes, Maria Helena Moreira Alves, Tetê de Moraes, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Abdias do Nascimento e outros estiveram presentes.¹⁵

Dessas reuniões e de outros debates surgiu a ideia de produzir um livro documentando a experiência dos exilados como parte de um esforço de promoção da noção de uma anistia. Segundo Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, exilado político e professor na Universidade Washington em St. Louis, Rubem César Fernandes foi quem iniciou a ideia de documentar a experiência do exílio. Ambos haviam fugido do Brasil na década de 1960 e acabaram estudando na Polônia. Em seguida, Pedro Celso tornou-se professor nos Estados Unidos e Rubem César foi para Nova York a fim de completar o doutorado na Columbia. "A ideia começou no ano da Revolução em Portugal, e acho também em grande parte por causa da vitória do MDB nas eleições de 1974", recorda Pedro Celso.¹⁶ De Nova York, Rubem César conseguiu dinheiro da Fundação Ford para financiar o projeto, e Pedro Celso e Jovelino Ramos deram seus nomes como editores porque já haviam legalizado seu *status* nos Estados

¹⁴ COMMITTEE OF RETURNED VOLUNTEERS, *Brazil: Who Pulls the Strings?*.

¹⁵ Clóvis Brigagão: entrevista com o autor, 17 jun. 2003.

¹⁶ Pedro Celso Uchôa Cavalcanti: entrevista com o autor, 18 jul. 2003.

Unidos. Clóvis Brigagão, Rubem César Fernandes, Valentina da Rocha Lima e Marcos Arruda colaboraram nos bastidores. Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, eminente intelectual de esquerda, “patrocinaram” o projeto, porque seus nomes eram mais conhecidos no Brasil e entre os exilados que viviam no exterior.

Embora ninguém saiba o número exato, segundo as estimativas, cinco a dez mil brasileiros haviam sido exilados desde 1964. O governo baniu alguns, proibindo-os de regressar. Outros ainda enfrentavam acusações judiciais de subversão, enquanto muitos outros simplesmente fugiram do país temendo prisão e tortura, caso regressassem. Desde o século XIX, os governos brasileiros mantinham longa tradição de conceder anistia a adversários do regime. A proposta de preparar um livro a fim de promover a ideia também coincidiu com esforços de organizar no Brasil uma campanha em favor da anistia. Teresinha Zerbini, Branca Moreira Alves, Regina von der Weid e outros parentes de exilados ou prisioneiros políticos haviam formado corajosamente o Movimento Feminino pela Anistia a fim de pressionar o governo a oferecer alguma forma de reconciliação com opositores do regime, ainda nas prisões ou no exterior.¹⁷

Em dezembro de 1974, o grupo baseado nos Estados Unidos enviou mil e quinhentos convites em pequenos pacotes a exilados brasileiros na América Latina, Europa oriental e ocidental, África e Ásia, pedindo que os destinatários escrevessem quinze a vinte páginas sobre suas experiências no exílio. Quando as respostas tardaram, uma equipe procurou exilados no mundo inteiro para que colaborassem. Isso encareceu o projeto, porque os participantes tinham de viajar para coligir as narrativas e depoimentos das pessoas, mas também fez com que as respostas fossem mais espontâneas e menos formais. Também obrigou os organizadores do volume a tomarem decisões sobre quem deveria ser entrevistado de maneira a assegurar equilíbrio político e uma ampla gama de experiências. Os coordenadores acabaram coligindo duas mil páginas de entrevistas e textos escritos.¹⁸

¹⁷ Regina von der Weid: entrevista com o autor, 30 jun. 2006; MOVIMENTO feminino pela anistia e liberdades democráticas, *Origens e Lutas*, 20-22.

¹⁸ CALVACANTI, et. al. orgs., *Memórias do exílio, Brasil 1964/19??*, 10-20.

Memórias do exílio, Brasil 1964-19???: Obra coletiva foi publicado inicialmente em Portugal, em novembro de 1976, e uma segunda edição apareceu no Brasil em setembro de 1978, à medida que a censura se abrandava e o processo de liberalização progredia. A data incompleta no título do livro colocava a urgente pergunta: “Quando terminará a experiência do exílio?” e sugeria também que a anistia era possível. O livro servia de importante instrumento educativo para os iniciadores da campanha no Brasil e no exterior.¹⁹ *Memórias do exílio* fornecia ampla gama de descrições pessoais e experiências sobre pessoas de gerações, correntes políticas e origens sociais diversas. As narrativas pessoais humanizavam os que viviam no exterior e retificavam imagens anteriores de comunistas e terroristas que o regime militar havia projetado no Brasil e no estrangeiro. Embora houvesse um visível desequilíbrio de gênero no livro, os organizadores do primeiro volume, junto com novos colaboradores, corrigiram a ausência de material significativo sobre mulheres publicando um segundo volume em 1980, depois da concessão da anistia política pelo governo.²⁰

Oito meses após o aparecimento em Portugal da primeira edição das *Memórias do exílio*, o governo uruguaio revogou abruptamente a permissão de permanência no país concedida a Leonel Brizola, causando especulação na imprensa de que o Brasil estivesse por trás da ordem para dar fim a seu exílio naquele vizinho do sul. Brizola, cunhado do presidente derrubado João Goulart, era um dos exilados particularmente indesejáveis, do ponto de vista dos militares. Assim como Luiz Carlos Prestes — secretário geral do Partido Comunista Brasileiro que vivia na União Soviética, e Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco exilado na Argélia —, Brizola representava as correntes políticas anteriores a 1964, que eram anátema dos objetivos da “Revolução”. Segundo Clóvis Brigagão, que mais tarde trabalhou junto a Brizola, o ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul conseguiu obter um visto para ir aos Estados Unidos mediante a intervenção de Brady Tyson, um pastor metodista que foi

¹⁹ Jovelina Ramos, entrevista com o autor, 24 ago. 2006; Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Cavalcanti: entrevista com o autor, 18 jul. 2003.

²⁰ COSTA, et. al. orgs., *Memórias das mulheres no exílio*.

expulso do Brasil em 1966 e participou ativamente nas campanhas contra a repressão, e Andrew Young, o embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas e ex-ativista do movimento negro pelos direitos civis.²¹

Embora Brizola pudesse ser ainda uma *bête noire* para o regime militar, ele havia passado por uma transformação ao longo dos anos que levou a uma aliança com socialdemocratas europeus. Ao chegar a Nova York, foi residir em uma espaçosa *suite* no Hotel Roosevelt. O saguão do hotel transformou-se repentinamente em sala de espera e lugar de encontro de exilados de todos os matizes políticos, ansiosos por organizar uma estratégia para terminar com o governo militar. Nova York era uma encruzilhada internacional que facilitava os contatos de Brizola com adversários norte-americanos do regime militar, assim como com os que viviam no exílio na Europa.

Pouco depois de chegar aos Estados Unidos, Brizola transmitiu sua primeira mensagem ao Brasil em treze anos. Seu fervoroso nacionalismo durante o tempo em que governara o estado do Rio Grande do Sul nos primeiros anos da década de 1960 e a nacionalização da ITT (*International Telephone and Telegraph*), de propriedade norte-americana, provocaram uma crise nas relações com Washington durante o governo Kennedy. Quase uma década e meia depois, ele expressou gratidão aos Estados Unidos por oferecer-lhe asilo e elogiou a ênfase do presidente Carter nos direitos humanos como “uma mensagem que penetrou profundamente no povo latino-americano”.²² A partir de Nova York e mais tarde de Lisboa, Brizola trabalhou incansavelmente para forjar, sob sua liderança, uma coalizão de ativistas políticos de todas as convicções em preparação para a esperada anistia, seu retorno ao Brasil e a retomada do governo democrático.

No final do ano de 1977, a lenta e irregular política de liberalização estruturada por Geisel e seu principal assessor, general Golbery, assim como a mudança na Casa Branca com a eleição de Jimmy Carter, ofereciam novas oportunidades do

²¹ Clóvis Brigagão: entrevista com o autor, 17 jun. 2003.

²² HOVEY, G. U.S. Broadcast to Brazil Appears to Add to the Strains in Relations, *New York Times*, p. 3, 7 nov. 1977.

ponto de vista dos ativistas que trabalhavam na Costa Leste. Incansável em sua dedicação à causa, Ralph Della Cava, professor da história do Brasil na City Univeristy of New York, Queen, continuava a integrar pessoas em sua rede de indivíduos preocupados com os acontecimentos no Brasil. Por exemplo, Bela Feldman-Bianco, que estava estudando antropologia na Universidade de Columbia e atualmente é professora na UNICAMP, em Campinas, recorda que a jornalista brasileira Judith Patarra, pouco depois de sua chegada a Nova York para a função de correspondente da revista *Veja*, começou discretamente a ajudá-los transmitindo informações vindas do Brasil sobre as diversas estratégias que a oposição brasileira desenvolvera para acabar com o governo militar.²³ Patarra também desempenhou papel fundamental em conseguir a publicação no *New York Times* de um artigo de Thomas M. Capuano, um dos dois missionários norte-americanos que haviam sido presos e torturados em Recife naquele ano.²⁴ O texto, publicado na página de opinião, contava com detalhe seu tratamento na prisão e era acompanhado por uma sombria ilustração, mostrando um homem amarrado e amordaçado e pendurado em um guarda-sol de praia, enquanto outros gozavam os raios do sol. Surgindo imediatamente antes do último fim de semana das férias de verão, era mais uma forma de dramatizar o rude tratamento dispensado aos prisioneiros políticos brasileiros e deve ter sido uma imagem perturbadora para os leitores.²⁵

Uma nova legião de acadêmicos que trabalhavam com o Brasil enriquecera as atividades na Costa Leste. Na área de Nova York, diversos ativistas, inclusive Ralph Della Cava, o professor de ciências políticas Kenneth Erickson e o antropólogo Sandy Davis, organizaram um evento no Centro de Pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York (CUNY) com o título “Retorno à Democracia no Brasil”, a fim de debater as mudanças políticas que ocorriam no maior país da América do Sul.²⁶ Maria

²³ Bela Bianco-Feldman: entrevista com o autor, 24 jul. 2003; Judith Patarra: entrevista com o autor, 21 jun. 2003.

²⁴ Judith Patarra: entrevista com o autor, 21 jun. 2003.

²⁵ CAPUANO, T. M., Scenes and Echoes of Torture in Brazil, *New York Times*, p. 21, 1 set. 1977.

²⁶ Ralph Della Cava: correspondência com o autor, 8 mar. 2008.

Helena Moreira Alves, que fazia um doutorado em ciência política na MIT focalizado no regime militar, também se envolveu nas atividades de organização anti-ditadura.²⁷ Joan Dassin, na época professora no Colégio Amherst e pesquisadora de pós-graduação na Universidade de São Paulo durante os piores anos da opressão política, ia e vinha todos os fins de semana de Amherst a Nova York a fim de colaborar naquela nova explosão de energia sobre o Brasil.²⁸ Kenneth Erickson colaborou com Della Cava na redação de uma série de resoluções apoiando a transição para a democracia, destinadas a uma reunião da Associação de Estudos Latino-Americanos a realizar-se em breve.²⁹ A presença de Brizola em Nova York também serviu de catalizador para repensar a forma que poderia tomar um regime pós-ditatorial.

Clóvis Brigagão recorda haver organizado um encontro entre Brizola e Abdias do Nascimento, veterano intelectual e ativista afro-brasileiro, que era professor em Buffalo. Segundo Brigagão,

O Brizola não entendia da questão negra. Achava que aquilo [racismo] não existia no Brasil. Então eu coloquei o Abdias do Nascimento na casa onde eu morava, com Zé Almino [de Alencar], Lélia Gonzalez, que era uma liderança negra nova no Brasil, e [outros novos dirigentes]... E durante a noite inteira o Abdias contou a história do Brasil do ponto de vista do negro e da escravidão, e aí acendeu uma luz na cabeça do Brizola, entendendo o trabalho do negro na construção do Brasil. Foi a partir daí que o Abdias passou a ser uma figura ali ao lado dele quando ele veio para o governo no Rio de Janeiro [em 1982]. Ele teve cinco secretários negros.³⁰

Em 1985 a Arquidiocese de São Paulo patrocinou a publicação de *Brasil, nunca mais*, versão abreviada do relatório de sete mil páginas que fora preparado entre 1979 e 1984.³¹ O título “Nunca mais” sugeria outras tragédias humanas, como o

²⁷ Maria Helena Moreira Alves: entrevista com o autor, 11 jul. 2003.

²⁸ Joan Dassin: entrevista com o autor, 8 mai. 2003.

²⁹ Ralph Della Cava: correspondência com o autor, 8 mar. 2008.

³⁰ BRIGAGÃO, Clóvis, entrevista com o autor, 17 jun. 2003.

³¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil, nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985

Holocausto e genocídios. Recordava igualmente o imperativo moral ou responsabilidade individual incorporado na primeira petição pública surgida nos Estados Unidos denunciando tortura no Brasil: “Não podemos nos calar,” que circulou em 1970.

Apoiados em uma rede internacional que havia se formado na década anterior, ativistas brasileiros no campo dos direitos humanos organizaram a publicação de uma versão em inglês de *Brasil, nunca mais*. Alfred Stepan, professor de ciência política na Universidade Columbia, recorda haver recebido um telefonema do Brasil perguntando se poderia procurar um editor que fizesse a revisão da tradução do livro para o inglês. Por acaso, na parada do ônibus próxima à Universidade, encontrou-se com Joan Dassin, que desempenhara atividades anti-ditadura em Nova York, no final da década de 1970. Ela imediatamente concordou em rever a tradução. Também por sorte, Dassin havia acabado de receber uma bolsa da Fulbright para viajar ao Brasil. Durante cinco meses, ela trabalhou com Jaime Wright em São Paulo, acertando a linguagem da tradução para o inglês de um texto que documenta o horrendo tratamento dado aos presos políticos.³² *Torture in Brazil*, título da edição em inglês de *Brasil, Nunca mais*, lembrava a combinação do panfleto de dezesseis páginas produzido uma década e meia antes por Ralph Della Cava, pelo Reverendo William Wipfler da Conselho Nacional de Igrejas e outros, intitulado “Terror in Brazil”, que documentava a tortura cometida pelo regime militar, com o documentário de Saul Landau e Haskell Wechsler *Brazil: A Report on Torture*, filmado com brasileiros exilados no Chile em 1971. O livro registrava os sofrimentos de milhares de pessoas que haviam lutado contra a ditadura. Continha também uma duradoura mensagem implícita de que tal tratamento jamais seria aceitável.

³² O cardeal Arns também fez questão de que a extensa documentação coligida fosse guardada no exterior a fim de impedir a possibilidade de que o material sobre o Brasil fosse destruído. O arquivo completo foi copiado pelo Projeto Latino-americano de Microfilmagem e depositado no Centro de Pesquisas em Bibliotecas, em Chicago. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Torture in Brazil*, ix-xii. Joan Dassin: entrevista com o autor, 8 mai. 2003.

EXILES AND ACADEMICS: THE STRUGGLE FOR AMNESTY

ABSTRACT

In 1964, there was an almost total silence in the United States concerning the unconditional support that the government of President Johnson (1963-68) gave the coup d'état of April 1st. Five years later, when North American academics, clergy, and missionaries received news about the torture of political prisoners, they initiated, along with some Brazilian political exiles in the United States, a broad and decentralized campaign that denounced human rights violations in Brazil. The activities of these individuals helped to isolate the military regime abroad. The Brazilians exiled in the United States also participated actively in the campaign on behalf of an amnesty through the publication of the book *Memórias do Exílio* [Memories of Exile], which documented the reality of exile. At the end of the 1970s, the exiles living in the U.S. organized other activities with the perspective of their return to Brazil and active participation in the process of the democratization of the country.

KEYWORDS

Militar Dictatorship. Exiles in the United States. Torture. Human Rights.



Edgard Leuenroth [Santo Amaro, SP, entre 1959 e 1968].
(Acervo Família Leuenroth; Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas,
São Paulo, foto reproduzida n. 25.)